

Mulheres e Meio Ambiente: Representações Sociais na Crítica Ambiental das Agricultoras de Esperança e Santa Cruz no município de Içara (Santa Catarina, 2004-2007)

Elton Laurindo da Costa (UFSC)
Gênero; Meio Ambiente; Memória
ST 12 - Gênero e ambiente

Nesta pesquisa, em andamento, estamos problematizando o conceito de “gênero” através da “invisibilidade” das mulheres enquanto participantes na formação histórica do conflito de agricultores contra a instalação de uma empresa mineradora de carvão na região sul do Estado de Santa Catarina entre os anos de 2004 a 2007¹. A região estudada situa-se nas localidades rurais de Santa Cruz e Esperança no município de Içara. Neste sentido, propomos superar a visão decorrente de que este movimento é constituído majoritariamente por homens, a fim de historicizar através das múltiplas percepções das agricultoras envolvidas no conflito, as estratégias simbólicas e práticas que permeiam suas memórias, identidades e representações. Sempre com o intuito de analisar como estas agricultoras se manifestam e se compreendem como agentes transformadoras e realizadoras de sua própria história. Nesta perspectiva, discutiremos as ações humanas, através do compartilhamento das atividades, representações e organizações historicamente situadas, através das experiências dos sujeitos no movimento de resistência. Este compartilhamento entre os sujeitos nos remete a concepção teórica formulada por Joan Scott (1990), em que concebe gênero como categoria analítica, colocando as mulheres e os homens como participantes na construção cultural do mundo. Assim buscamos o entendimento a partir das práticas compartilhadas do cotidiano² entre mulheres e homens, que interagem diretamente na forma de organização e representação do próprio movimento.

O conflito é germinado ante a possibilidade de instalação de uma mina de carvão na região pela Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda, empresa que já atua na região sul de Santa Catarina desde 1918. Esta carbonífera atua minerando em vários municípios da região Sul, que junto com outras empresas do setor, fazem parte do quadro mais geral de indústrias do sul do Estado. Desta forma, é importante pensar como estas indústrias carboníferas fizeram e fazem parte do cotidiano e da história das pessoas que vivem na região, sejam moradores e moradoras do campo ou da cidade, empresários do setor carbonífero, mineiros, ex-mineiros, trabalhadores (as) rurais ou trabalhadores (as) urbanos. Mesmo que alguns grupos ou pessoas não tenham ligações diretas com o setor, de uma forma ou de outra, todos foram afetados (social, política, econômica ou biologicamente) pelo surgimento das minas de carvão. Desta maneira, podemos perceber os

agricultores de Santa Cruz e Esperança na sua dinamicidade e mobilidade, evitando que estes agricultores (as) sejam vistos como um grupo estático e homogêneo que se encontra em oposição ou separação dos diversos grupos e pessoas que formam a sociedade na região carbonífera.

Esperança e Santa Cruz não são casos isolados na região carbonífera, estes tipos de conflitos entre agricultores (as) e empresas de mineração ocorreram também em outros municípios da região carbonífera³ desde o início de 1980, a literatura relativa ao período destaca uma predominância de homens em meio a estes conflitos. Segundo levantamentos realizados por Freitas (1998) muitos outros conflitos e manifestações contra empresas mineradoras ocorreram, porém tiveram características singulares, intensidades muito variáveis e caráter predominantemente masculino. Cada movimento apresentou estratégias próprias para conquistar seus objetivos. Articularam dentro de seu campo de possibilidades seus discursos e suas práticas. De muitas maneiras os atores destes movimentos ambientais⁴ resistiram, negociaram, ganharam ou cederam em suas reivindicações, de acordo com cada situação.

Seguindo ainda as pesquisas realizadas por Freitas (1998), o primeiro conflito entre agricultores e empresa mineradora que se tem informação aconteceu em 1988, contra CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), que tentou explorar carvão na localidade de Montanhão, no município de Siderópolis, desencadeando forte resistência dos moradores locais, no que resultou na inviabilização no projeto de mineração. Em 1994, na mesma região, outra empresa, a Carbonífera Belluno Ltda., resolve abrir outra mina denominada Mina Encosta da Malha, a qual é proibida de explorar carvão através da mobilização de cerca de 200 agricultores que pressionaram a câmara de vereadores de Siderópolis, o que fez com que a localidade fosse transformada em área de proteção ambiental permanente.

No município de Urussanga, foi criada em 1995 a Associação Comunitária do Alto e Rio Molha (ACRIMO), que conquistou junto às esferas públicas projetos contra assoreamentos do Rio Molha, assim como ações que previam a recuperação de áreas degradadas pela mineração. A ACRIMO pelo seu perfil de atuação se tornou um forte movimento de cunho social contra projetos de abertura de novas minas em Urussanga. Outro município que ocorreram registros de conflitos entre agricultores e empresa de mineração foi Criciúma. Em 1996, na localidade de Morro Albino os agricultores desta comunidade conseguiram pressionar os órgãos públicos e tornar a localidade previsível da exploração mineral em área de preservação ambiental (FREITAS, 1998).

Como podemos verificar segundo a literatura analisada em todos estes movimentos, observamos a forte predominância de homens como principais agentes contestadores contra empresas mineradoras de carvão na região carbonífera. Neste sentido perguntamos: Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos nestes conflitos? Qual o papel

das mulheres nos movimentos, sua participação na organização, representação e atividade junto aos homens?

Neste momento, procuramos compreender as agricultoras de Santa Cruz e Esperança em um modo de vida bastante diferenciado, economicamente, socialmente e culturalmente, o que elimina qualquer análise comparativa com as mulheres de bairros mais urbanizados do município Içara. Neste sentido, compreendemos que as pequenas propriedades agrícolas de Santa Cruz e Esperança, baseadas na agricultura familiar⁵ não se enquadram na perspectiva de localidades periféricas ou marginalizadas em relação aos bairros mais urbanizados do município de Içara. Aqui procuramos analisar a formação de novos atores (homens e mulheres) na questão ambiental da região carbonífera, com anseios, reivindicações, percepções e objetivos sejam individuais ou coletivos em um quadro não somente rural, mas em uma perspectiva que interage com os movimentos urbanos da região. Neste sentido, o Movimento pela Vida vem ganhando simpatia de muitos ambientalistas da região Sul. O que o torna um movimento de cunho singular e diferenciado em relação aos movimentos sindicais classistas. Quando observamos estes agricultores (as) fazendo parte de um movimento de caráter ambientalista, procuramos nesta perspectiva, também abrir para uma possibilidade de pesquisa, não baseada em movimentos de classes do tipo sindical muito estudado na região, mas para uma abordagem para dentro do movimento, inserindo nas suas peculiaridades, singularidades, dinamicidades e complexidades que envolvem homens e mulheres. Neste momento adotamos a perspectiva de Leff ao configurá-los como movimento ambientalista:

O movimento ambientalista, diferente das lutas de classes dos movimentos operários e camponeses anteriores, define-se por seu caráter transclassista, sendo constituído por diversos atores sociais, cuja força tende a diluir-se na multiplicidade de seus interesses e demandas e pela dificuldade de articular uma frente comum (LEFF, 2000, p.336).

Esta abordagem transclassista dentro da história pode contribuir para o entendimento dos problemas ambientais que se configuram no meio rural, demonstrando como o agricultor (a) tem o meio ambiente como parte imprescindível em sua vida. No caso das agricultoras de Santa Cruz e Esperança as identidades e representações afloram nas formas mais intensas no momento em que se configuram como agentes de contestação e resistência na região carbonífera, em meio a um “fato” que colocou e coloca em risco a sobrevivência da agricultura em seu território. Neste sentido, podemos analisar estas mulheres dentro de uma tradição patriarcal baseada na orientação do chefe de família, do pai que, configura-se como o administrador da propriedade e de assuntos públicos externos, buscando compreender como se dá esta “objetivação” no conceito Chartier (2002), analisando assim o próprio processo da divisão sexual do trabalho, os condicionamentos culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade, na família e no conflito, que são por elas mesmas, categorias de análise para o historiador. Assim podemos perceber que não só das

práticas econômicas e sociais estas agricultoras constroem dentro do movimento, mas também de relações simbólicas⁶. No caso específico destes locais onde se construiu uma dinâmica específica em relação ao meio ambiente, surgindo à construção de um discurso amparado na crítica ambiental⁷, verificamos como elas percebem e participam de todo este processo, concedendo através da construção de sua própria identidade a construção cultural de participação dentro do movimento.

Finalizando, podemos dizer que as chances de compreender melhor o conflito ambiental que envolve homens e mulheres no meio rural pelas apropriações dos espaços poderão ser maior se houver um maior comprometimento por parte dos pesquisadores em analisar o envolvimento não só dos homens, mas também das mulheres em sua multiplicidade, com o objetivo de descobrir o alcance dos “papéis sexuais” e do “simbolismo sexual” no sentido de Joan Scott (1990), nestes conflitos. Compreender como se constroem estes fenômenos utilizando a categoria gênero é fundamental para o entendimento da teia que agrega as agricultoras na disputa com a empresa, que se vê questionada na ação considerada legítima - explorar o carvão. As agricultoras apontam a complexidade do conflito junto aos agricultores e à sociedade içarense no contexto da região carbonífera, problematizando o entrecruzamento de valores e opiniões até então não percebidos dentro daqueles marcos.

Referências Bibliográficas

ASCELRAD Henri (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRS, 2002.

_____. *O mundo como representação*. São Paulo: Abril, 1991.

_____. Textos, impressões e leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)*. Florianópolis. Editora da UFSC, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

FREITAS, Elisabeth Borges. O Movimento Popular de Rio Albina (Siderópolis). *Monografia de Especialização em Educação Ambiental*. Santa Rosa do Sul, UFSC-EAFS, 1998.

LAMARCHE, Hugles. *A Agricultura Familiar*. Campinas: UNICAMP, 1993

LEFF, Enrique, Construindo a História Ambiental da América Latina. *Esboços*. Dossiê: História Ambiental, Florianópolis, vol. 13, nº13, pp.11-29, 2005.

MELLO, Elza Fernandes. *Içara: Nossa Terra, Nossa Gente*. Içara (SC): Gráfica Otomar, 2006.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Gênero e meio ambiente: uma invisibilidade das mulheres na construção da floresta Amazônica. In: ARRUDA, Gilmar (org) *História, Natureza e Território*. Governador Valadares: Editora Univale, 2007.

NASCIMENTO, Dorval do. A Produção Histórica e Cultural da Região Carbonífera de Santa Catarina, 1880-1930. In: GOULART FILHO, Alcides (org.) *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade futura, 2004.

PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, FE – UFRS, v.16(2): 5-22, jul. - dez. 1990.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, nº. 8, pp.198-215, 1991.

¹ Em 2003 os agricultores destas localidades denominaram sua organização como: “Movimento pela Vida”.

² Por cotidiano entendemos segundo a ótica de Michel de Certeau para quem: O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar é o peso da vida, a dificuldade de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga com este ensejo (CERTEAU, 1996, p.225).

³ Quando se fala em região carbonífera de Santa Catarina, pensa-se logo nas cidades que formam a Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC, região administrativa instituída pelo governo estadual que abrange cerca de quatorze municípios, entre eles Criciúma, Içara, Siderópolis, Urussanga, Nova Veneza e Lauro Muller. Entretanto um olhar um pouco mais acurado vai perceber a presença de carvão mineral em outros municípios do sul do Estado, como Tubarão, Capivari de Baixo, Laguna e Imbituba, onde jamais se extraiu uma única pedra de carvão, mas, em vista de suas ligações com a indústria carbonífera, esses municípios fazem parte de uma outra região, não administrativa, mas histórica e econômica, que também seria chamada de região carbonífera. O critério para o estabelecimento desta noção mais alargada de região carbonífera não é o administrativo, mas a presença de carvão e de suas atividades na paisagem dessas localidades e nas culturas presentes nesses lugares (NASCIMENTO, 2004, p.49).

⁴ Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos-decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ASCELRAD, 2004, p.27).

⁵ Segundo Lamarche (1993, p.15) “a exploração familiar tal qual concebemos corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalhos estão ligados à família”.

⁶ Aqui para a noção de simbólico nos orientamos através dos conceitos encontrados em Pierre Bourdieu e Roger Chartier.

⁷ Por crítica ambiental entendemos “um fenômeno do mundo contemporâneo, uma consequência das grandes transformações - tanto objetivas quanto subjetivas - que acompanham a expansão planetária da civilização urbano-industrial” (PÁDUA, 2004, p.10).